LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

POLÍTICA PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL PARA O BIOMA AMAZÔNICO: UM ENSAIO DO PROGRAMA PROAMBIENTE-POLO RIO CAPIM NA AMAZÔNIA PARAENSE

https://doi.org/10.56238/levv15n41-095

Data de submissão: 24/09/2024 **Data de publicação:** 24/10/2024

Marcelo Augusto Machado Vasconcelos
Engenheiro Agrônomo/Dr. em Ciências Agrarias
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: vasconcelos@ufpa.br

Osvaldo Ryohei Kato
Engenheiro Agrônomo, Prof., Dr e Pesquisador
Agricultura Tropical
Embrapa Amazônia Oriental
E-mail: osvaldokato@gmail.com

Paulo Celso Santiago Bittencourt
Engenheiro Agrônomo/Dr. em Ciências Agrarias
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: paulocsb@ufpa.br

Artur Vinícius Ferreira dos Santos
Engenheiro Agrônomo/Dr. em Agronomia
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: artur.santos@ufpa.br

Paulo Alves de Melo
Geografo/Dr. em Geografia
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: paulomelo@ufpa.br

Kellem Cristina Prestes Melo
Geografo/Ms. Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: kellemmelo@ufpa.br

Romulo Luiz Oliveira da Silva
Matemático/Dr. Ciência Computacional
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: romulolo51@gmail.com

Douglas Portal de Souza
Tecnólogo em Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: rodrigao103@yahoo.com.br

RESUMO

A partir da década de 1990, o debate em torno da temática ambiental tornou-se cada vez mais presente em todo o mundo. Nesse sentido, o relatório das Nações Unidas intitulado “Nosso futuro comum”, conhecido como “Relatório de Brundtland”, divulgado em 1987, e a denominada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (FILHO-MONTIBELLER, 2001), constituíram-se em dois eventos de notoriedade global, em que a busca por uma nova forma de desenvolvimento ficou em evidência, expressa não mais apenas pelos ambientalistas, mais também pelos movimentos sociais. Muitas propostas de caráter socioambiental foram desencadeadas a partir do contexto de discussão da sociedade acerca do desenvolvimento. A própria COP-30 a ser realizada em Belém-PA não se constituiu apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, representa um momento histórico onde as várias matrizes do movimento ambientalista mundial se expressam paralelamente ao evento oficial quando a ideia de um desenvolvimento sustentável e se fundamenta em novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas.

Palavras-chave: Política Socioambiental. Bioma Amazônico. Proambiente. Amazônia Paraense

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o debate em torno da temática ambiental tornou-se cada vez mais presente em todo o mundo. Nesse sentido, o relatório das Nações Unidas intitulado "Nosso futuro comum", conhecido como "Relatório de Brundtland", divulgado em 1987, e a denominada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (FILHO-MONTIBELLER, 2001), constituíram-se em dois eventos de notoriedade global, em que a busca por uma nova forma de desenvolvimento ficou em evidência, expressa não mais apenas pelos ambientalistas, mais também pelos movimentos sociais. Muitas propostas de caráter socioambiental foram desencadeadas a partir do contexto de discussão da sociedade acerca do desenvolvimento. A própria COP-30 a ser realizada em Belém-PA não se constituiu apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, representa um momento histórico onde as várias matrizes do movimento ambientalista mundial se expressam paralelamente ao evento oficial quando a ideia de um desenvolvimento sustentável e se fundamenta em novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas.

Na Amazônia, a questão ambiental encontra-se com as discussões sobre as formas de implementação de programas e políticas de desenvolvimento para agricultura, em especial para a agricultura familiar. Estas discussões ocorrem num contexto em que é consensual que as políticas e programas destinados à produção familiar na Amazônia devem desenvolver mecanismos e formular instrumentos a potencializar práticas sustentáveis para a reprodução socioeconômica para este público.

Neste cenário, surgiu no ceio dos movimentos sociais o Programa de Política, o PROAMBIENTE que foi fruto da discussão das Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) da Amazônia Legal, da Confederação de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais (MONAPE), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da cooperação técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) sobre a necessidade de superar a dicotomia entre produção rural e conservação ambiental, tema principal do Grito da Amazônia de 2000[1].

O referido programa foi dirigido para a produção familiar agropecuária e agroextrativista, construído pelas organizações representativas dos agricultores e parceiros técnicos, apropriado como

[1] É um movimento de massa e manifestação política dos pequenos agricultores, campesinos, agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco e outros grupos que representam o setor rural. Criado em 1991 no Estado do Pará, espalhou-se pelos estados amazônicos onde propiciou o início de um processo de democratização do crédito rural, por meio da instituição do FNO-Especial. Em 1994, o Grito da Amazônia foi assumido como forma de luta pelos povos do campo de outros estados, assumindo a forma atual intitulada "Grito da Terra Brasil", que a cada ano, geralmente no mês de maio, promove mobilizações em todas as Unidades da Federação e uma grande manifestação em Brasília para reivindicar o aperfeiçoamento e ampliação das políticas públicas voltadas para o meio rural (MATTOS, 2010)

política pública pelo governo federal em 2003 (VASCONCELOS, 2008; ARAUJO, 2007). Reúne um conjunto de elementos de revisão relacionados às práticas de manejo e uso dos recursos naturais, como nenhuma outra política de intervenção anterior. Todavia, o PROAMBIENTE é resultado de um conjunto de conhecimentos construídos no decorrer dos últimos anos, a partir da implementação de diversas experiências alternativas em diferentes localidades da Amazônia (ARAUJO, 2007), especialmente a do Projeto Reca localizado na divisa de Rondônia com o Acre, FASE-PRORENDA-GTZ e CFR-25 de Julho no Nordeste Paraense e do Projeto Roça sem Queima no Oeste Paraense, todas geridas pelas organizações representativas dos agricultores que, de maneira ampla, propõem uma mudança de hábitos históricos, com base em uma nova concepção de desenvolvimento no campo (VASCONCELOS, 2008; ARAUJO, 2007)

2 METODOLOGIA

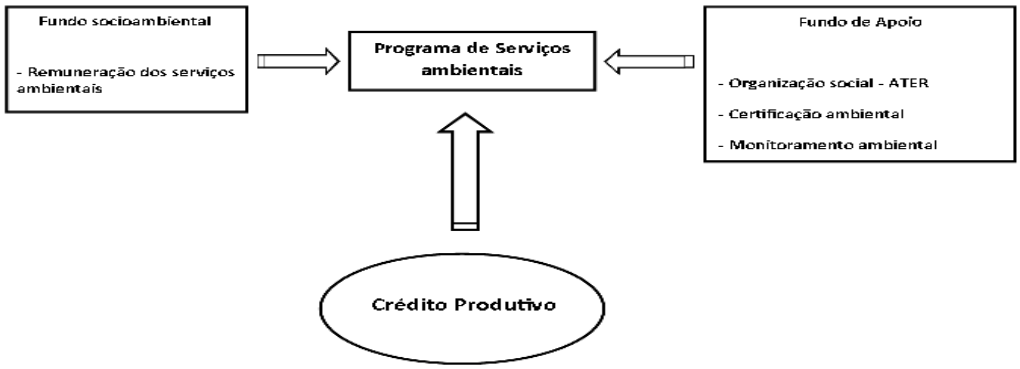
O PROAMBIENTE foi estruturado para funcionar apoiado em três fundos estratégicos, com o objetivo de assegurar a operacionalização do programa, bem como viabilizar a sua consolidação, por meio de incentivo de assessoramento técnico e apoio financeiro para implementação de projetos individuais e coletivos.

O programa teve como ponto central de sua estrutura os serviços ambientais (Figura 1), os define como: "[...] a qualidade de vida oferecida à sociedade proporcionada por mudanças qualitativas nos sistemas de produção". Quanto ao valor do serviço ambiental, o próprio programa o identificou dentro dos princípios da valoração da economia ecológica, que inicialmente foi calculado como equivalente a meio salário mínimo por mês, tomando por base o custo de se eliminar o uso do fogo nos sistemas de produção, chamado custo de oportunidade que é: "[...] o custo adicional para reduzir os riscos e impactos ambientais dos sistemas de produção que não é internalizado no preço final do produto ao mercado consumidor [...]" (PROAMBIENTE, 2003). Esta estrutura constitui-se em:

- *fundo de apoio* era responsável para angariar recursos financeiros necessários para o funcionamento do programa (gerenciamento do Pólo, fortalecimento das organizações dos agricultores, contratação de equipes encarregadas do assessoramento técnico às famílias cadastradas no programa, e pelo serviço de certificação dos serviços e monitoramento ambiental);
- *fundo produtivo opcional* era responsável pela operacionalização dos recursos financeiros destinados ao financiamento dos projetos técnicos dos agricultores com ênfase socioambiental;
- *fundo socioambiental* era responsável pela fonte dos recursos financeiros para garantir a remuneração dos serviços ambientais, que entre os quais, é destacado como o mais import

ante, justamente por respaldar a base da concepção diferenciadora do programa. A figura abaixo ilustra a estrutura de composição dos fundos do programa.

Figura nº. 01 – Estrutura geral do PROAMBIENTE



Fonte: Autores, 2024

Desta forma a proposta baseou-se no reconhecimento das múltiplas funções estratégicas exercidas pelas unidades *familiares* e seus benefícios para a sociedade, considerando justa e necessária à compensação pelos serviços ambientais referentes a todas as atividades de sistema de produção ou de recuperação de *área de reserva legal* e *áreas de preservação permanente*.

Apresentou-se como uma proposta alternativa de desenvolvimento para a Amazônia, o programa se colocou adotando uma nova concepção de desenvolvimento rural que "(...) deve vir acompanhada de condições técnicas e econômicas compatíveis para o alcance desses objetivos" (PROAMBIENTE, 2003), propondo ainda uma assessoria técnica, diferenciada e integrada com os diferentes atores sociais, sendo um dos pontos fundamentais para o sucesso do programa, onde se pretendia propiciar, ao agricultor familiar amazônico, a incorporação de que as *unidades familiares* gerassem serviços ambientais.

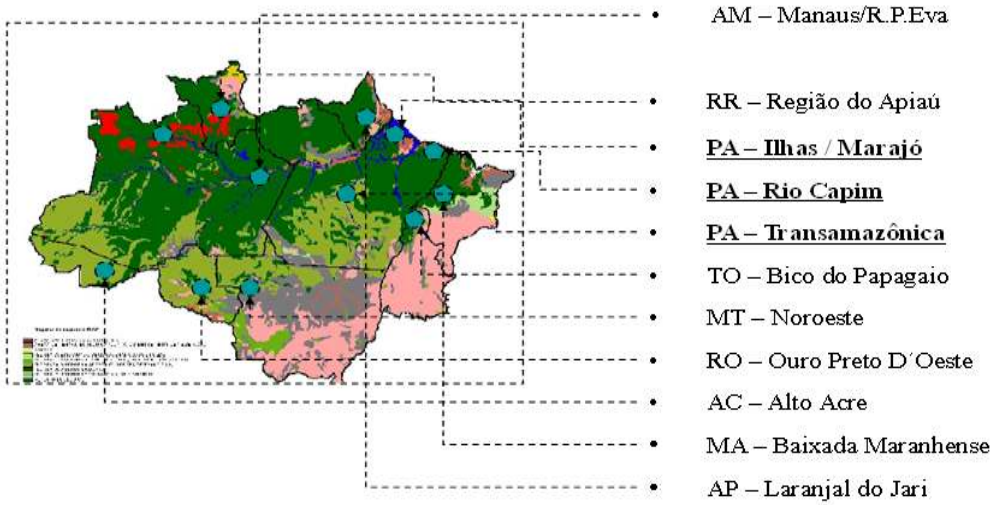
Mattos & Pereira (2003) observaram que o PROAMBIENTE possui-o um caráter de pluralidade porque contemplou itens que objetivam, entre outras coisas, descentralizar as tomadas de decisão no âmbito regional por meio da sua gestão com base nos conselhos (nacional e dos Pólos), fortalecer as organizações representativas dos agricultores familiares e financiamento da produção sob um novo conceito de crédito com perfil de valorização ambiental.

A partir do final do ano de 2002, foram escolhidos 11 Pólos pioneiros para o início da implementação do PROAMBIENTE no Bioma Amazônico. Cada um dos Pólos foi planejado para beneficiar até 500 famílias, formando grupos próximos um dos outros, visando à assessoria técnica,

futuras ações de outras políticas públicas e maior impacto na geração de serviços ambientais (ARAUJO, 2007; PROAMBIENTE, 2003).

Vasconcelos (2008) ressaltam que os Pólos pioneiros foram escolhidos com base em dois principais critérios técnicos: ter organizações coletivas com experiência em execução de projetos produtivos e ambientais; ter pelo menos um Pólo em cada estado da Região Amazônica, entretanto houve uma exceção no Pará, que possui três (Pólo do Rio Capim e o da Transamazônica, e um de pesca artesanal no Marajó), conforme pode ser observado na figura abaixo.

Figura nº. 02 – Localização dos Polos do PROAMBIENTE.



Fonte: Autores, 2024

Segundo Mattos, Faleiro & Pereira, (2001) nesse processo de formação cada Pólo foram divididos em grupos e cada grupo composto por 30 a 35 famílias que elegia um *Agente Comunitário* (AGC) que também era um dos membros do grupo e que faziam parte da equipe técnica, sendo sua atribuição visitar periodicamente essas mesmas famílias para identificar demandas de intervenção técnica. Os AGC foram escolhidos nas reuniões dos STRs de cada município do Pólo. Em todo processo de escolha dos AGC, as decisões foram tomadas no âmbito dos STRs e FETAGRI, com algum envolvimento da equipe técnica, principalmente na escolha de alguns AGC. Em alguns momentos, as decisões se deram sob interpretações das lideranças quanto ao melhor encaminhamento a ser tomado, inclusive sobre o ponto de vista técnico e político e, em outros, em cumprimento aos requisitos e exigências da proposta do PROAMBIENTE. De modo geral, foram à localização geográfica e a atuação dos STRs, aliadas à distribuição das *unidades familiares* nas diversas zonas e comunidades, as

principais características para a formação dos 17 grupos comunitários. Os AGC se disporiam 10 dias mensais para as visitas as *unidades familiares* dos agricultores, assim sobrariam 20 dias para serem dedicados às atividades produtivas de suas *unidades familiares*. A idealização do AGC é de extrema importância, pois serviria de elo estratégico entre os agricultores e os Técnicos de Nível Médio (TNM's).

Os TNM tiveram por missão manter contato direto com os AGC de cada grupo. Suas atribuições foram de elaborar, conjuntamente, com as famílias as metodologias do programa e implementar técnicas de base agroecológicas nas *unidades familiares*. Já o papel dos Técnicos de Nível Superior (TNS) era o de desenvolver e executar programas de treinamento dos agricultores e dos TNM's, incentivar reflexões sobre as oportunidades e limites da produção familiar, elaborar e acompanhar a execução de projetos econômicos, além de desenvolver mercados para os produtos provindos dos Pólos (FIGUEIREDO, 2009).

3 RESULTADO E DISCURSÃO

3.1 CONSTRUÇÃO DO POLO RIO CAPIM

As etapas que se referem ao processo de construção do Pólo junto aos agricultores incluíram a escolha da entidade de assessoria técnica com estrutura diferenciada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) convencional (por exemplo, a participação de agricultor na equipe técnica, chamado de "AGC"), seleção e cadastramento das famílias, assembleia das 500 famílias, elaboração do *padrão de certificação sócio ambiental* (PCSA), *plano de desenvolvimento do Polo* (PD), *plano de uso* (PU) e a construção dos *acordos comunitários* (ACs).

3.1.1 Definição e localização dos municípios do Polo e escolha da entidade executora

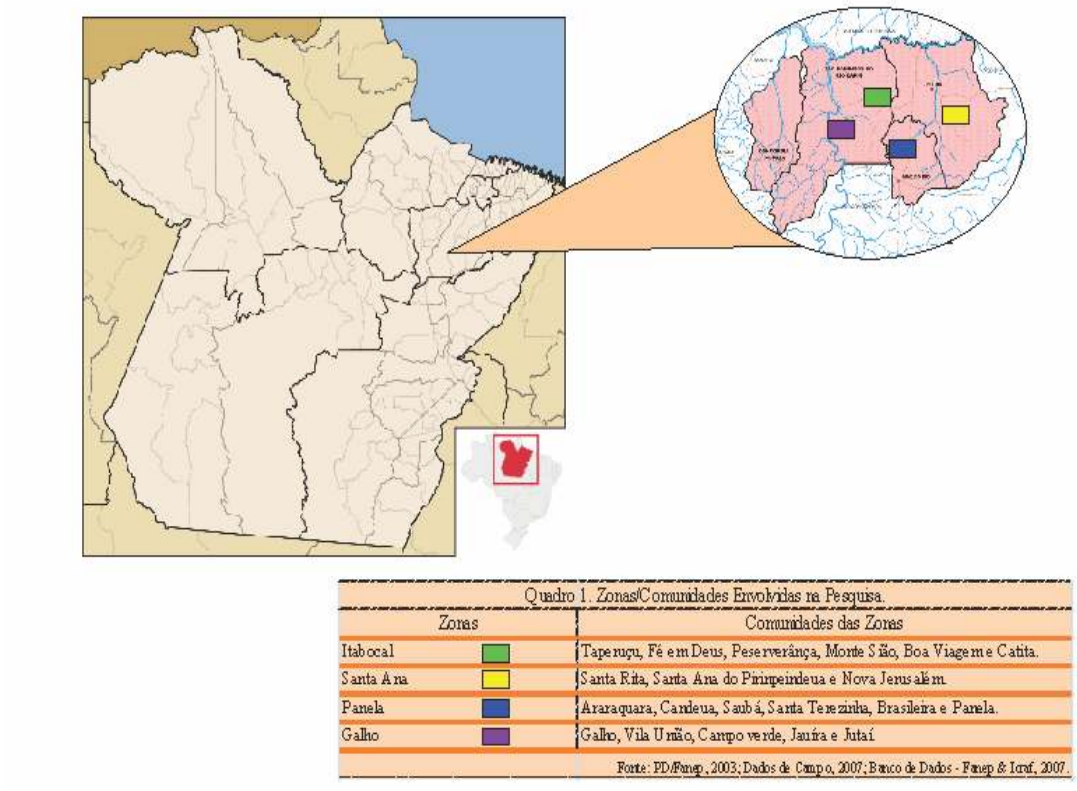
No Pólo, as entidades representativas (Sindicatos Rurais-STRs, associações, cooperativas) e, principalmente, lideranças da FETAGRI escolheram a entidade executora que legalmente pudesse representar o Pólo Rio Capim no Programa PROAMBIENTE, encarregada também de firmar convênios para viabilizar os recursos financeiros e, ao mesmo tempo, prestar os serviços de assessoria técnica.

A definição dos municípios contemplados, bem como as zonas/comunidades para compor o Pólo ficou sobre responsabilidade da FETAGRI. Esse processo aconteceu durante o seminário regional do PROAMBIENTE, do qual participaram 150 pessoas (técnicos, agricultores, dirigentes, lideranças e representantes de entidade executoras de assessoria técnica). A decisão pela definição da área territorial do Pólo foi proposta pelos próprios dirigentes da FETAGRI e dos STRs de São Domingos do Capim, Mãe do Rio, Concórdia do Pará e Irituia.

Nesse seminário, também foi escolhida a Fundação Socioambiental do Nordeste Paraense (FANEP) para ser a executora do Pólo, por apresentar estrutura e perfil técnico adequado à concepção do Programa PROAMBIENTE, pois a mesma possuía experiências em trabalhar com metodologias participativas e práticas de base agroecológica, além de atuar por muito tempo na região do Nordeste Paraense. Dessa forma, construir o Pólo atribuía, naquele momento, aos STRs dos municípios e, evidentemente, articulada ao projeto de desenvolvimento regional pactuado em torno da FETAGRI sob o apoio técnico da FANEP.

Assim como nos demais Pólos do PROAMBIENTE, no Pólo Rio Capim, a entidade de assessoria técnica, que, no caso, foi a FANEP que junto com seus parceiros[2] locais, durante o período subseqüente à criação do PROAMBIENTE, convergiu os esforços possíveis para a revisão das práticas produtivas das *unidades familiares*, conforme se propôs o programa, com o envolvimento direto de 400 famílias cadastradas, que compuseram o denominado Pólo e suas zonas, com a sua base territorial geográfica situada nos municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Mãe do Rio e Irituia (Figura nº. 03)

Figura nº. 03 Mapas dos municípios e as zonas do Polo Rio Capim do PROAMBIENTE



Quadro 1. Zonas/Comunidades Envolvidas na Pesquisa.

Zonas	Comunidades das Zonas
Itabocal	Taperuçu, Fé em Deus, Peserverânça, Monte Sião, Boa Viagem e Catita.
Santa Ana	Santa Rita, Santa Ana do Pirinpeindeua e Nova Jerusalém.
Panela	Araraquara, Candeua, Saubá, Santa Terezinha, Brasileira e Panela.
Galho	Galho, Vila União, Campo verde, Jauíra e Jutaí

Fonte: PD/Fanep, 2003; Dados de Campo, 2007; Banco de Dados - Fanep & Icraf, 2007.

Fonte: Autores, 2024

[2] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), Centro Mundial de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA)/Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Banco da Amazônia (Basa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Banco do Brasil (BB), Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA), Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI - Regional Bragantina), entre outros.

3.1.2 Assembleia dos 500

No que se refere à assembleia das 500 famílias[3], como o próprio nome sugere, foi realizada com a finalidade de se reunir, nesse importante evento, todos os agricultores cadastrados no Pólo, para apresentação, debate da concepção e proposta do programa. Essas assembleias foram subdivididas nos quatro municípios que compõem o Pólo e contou com a participação de 606 pessoas, entre agricultores cadastrados ou não, lideranças, pesquisadores, técnicos, representantes do poder municipal, dentre outros participantes.

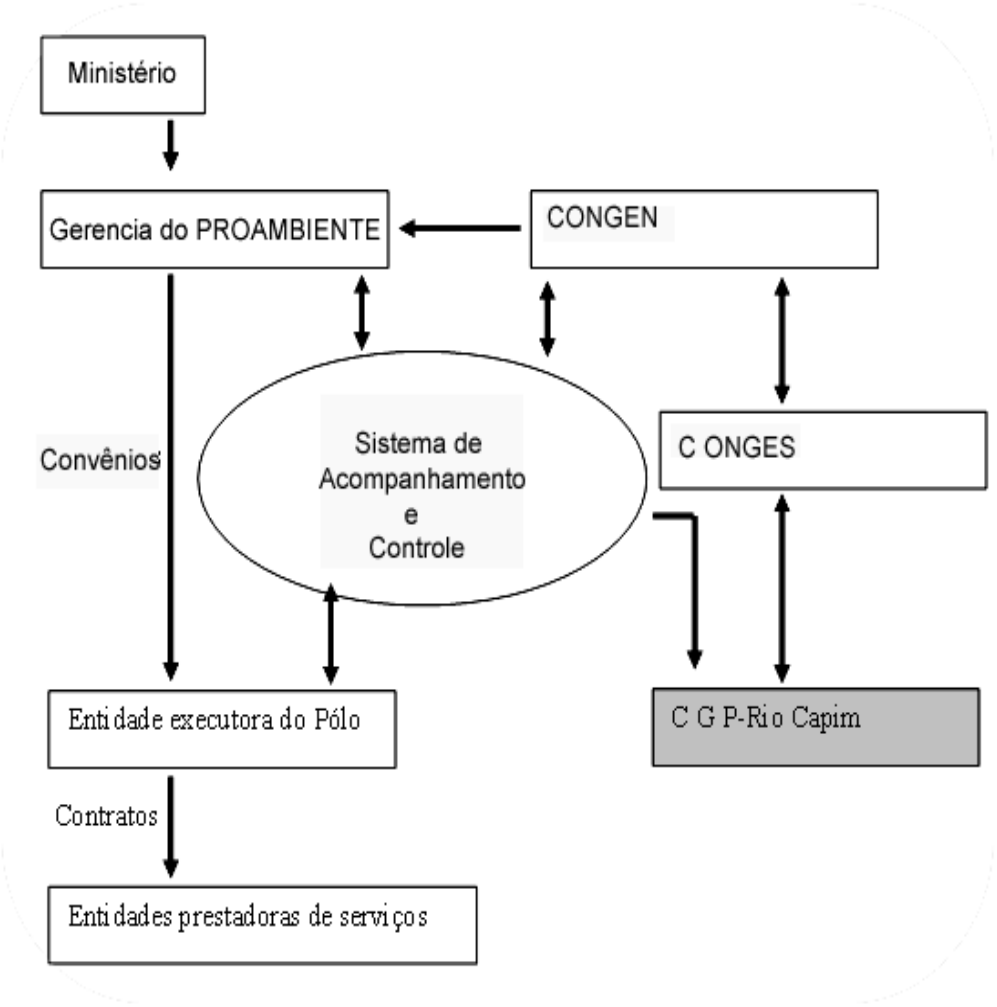
3.1.3 Criação do Conselho do Polo Rio Capim (CONGEP-Rio Capim)

Em virtude dos diversos debates e discussões acerca do programa PROAMBIENTE com as entidades que atuaram na região do Nordeste Paraense, em especial no Pólo, onde essas discussões culminaram com a criação do CONGEP - Rio Capim, instância colegiada responsável pelas tomadas de decisões no âmbito local, respeitando as resoluções do Conselho Gestor Nacional do Programa PROAMBIENTE (CONGEN). O CONGEP-Rio Capim está diretamente dialogando com o CONGEN e, muitas vezes, atende e respeita as decisões e as executa no âmbito do Pólo.

Cabe ao CONGEP-Rio Capim discutir as ações, acompanhar e monitorar as atividades da assessoria técnica da entidade executora. Também visava assegurar o controle social do programa e garantir a participação de representantes das organizações representativas dos agricultores familiares, do poder público local e de entidades governamentais e não governamentais das três esferas da federação (municipal, estadual e federal), todas envolvidas na execução desses convênios e contratos no âmbito do Polo, conforme figura abaixo:

[3] Na estrutura do programa PROAMBIENTE, está previsto o cadastramento de 500 famílias por Pólo. Entretanto, no Pólo Rio Capim só foram cadastradas 400 famílias. Essa redução foi decorrente de várias razões, sobretudo de problemas com a documentação pessoal e desistências durante o processo de seleção.

Figura nº. 04 - Estrutura do modelo de gestão do PROAMBIENTE



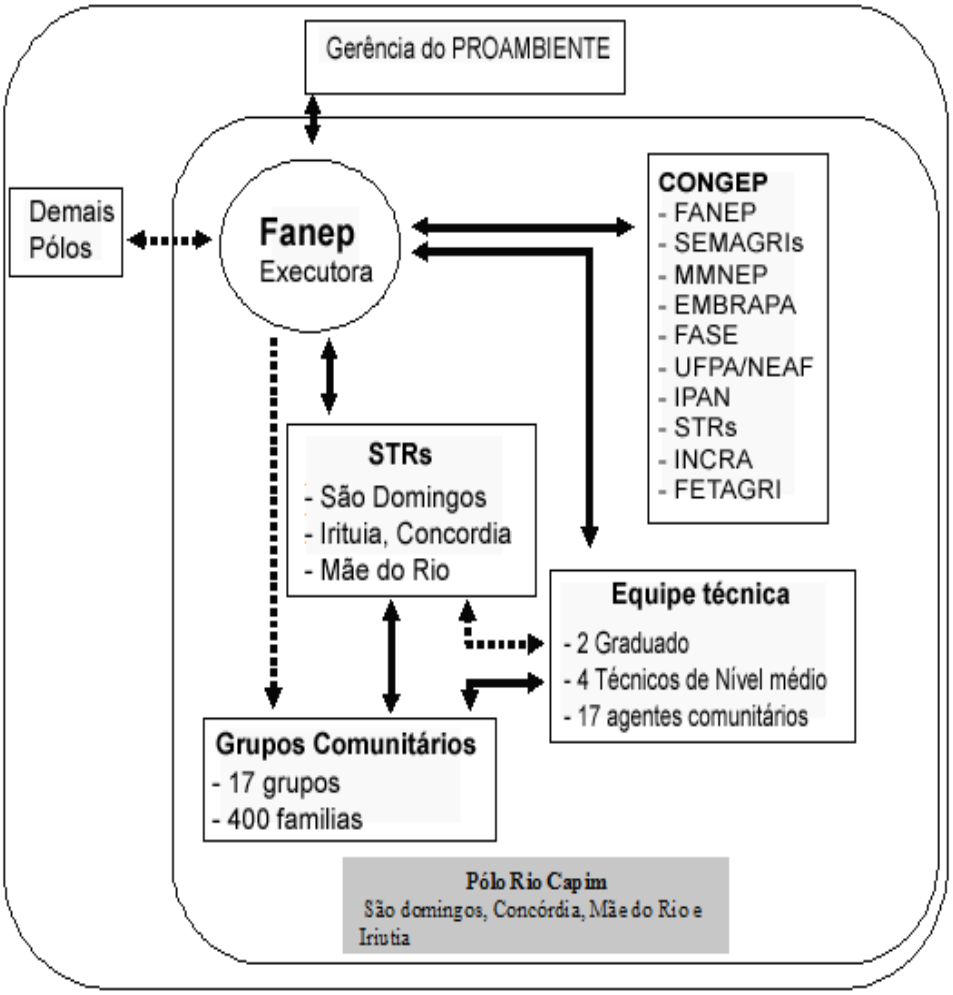
Fonte: PROAMBIENTE, 2003; ARAUJO, 2007.

O CONGEP-Rio Capim foi de caráter decisório e formado por um colegiado que apresentavam majoritariamente entidades representativas dos agricultores familiares do Pólo, entre as quais: STRs (Mãe do Rio, São Domingos do Capim, Irituia e Concórdia do Pará); FANEP; MMNEPA; FASE; IPAM; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente dos Municípios (Mãe do Rio, São Domingos do Capim, Irituia e Concórdia do Pará); Embrapa Amazônia Oriental; INCRA; UFPA/NAE/NEAF e ICRAF.

O CONGEP-Rio Capim foi a instância colegiada responsável pelas tomadas de decisões no âmbito local. Caberia a esta estância definir e acompanhar a entidade executora do Pólo, que teve como atribuição, firmar convênios com a gerência do PROAMBIENTE e contratar prestadoras de serviços para desenvolver as atividades do Pólo.

A figura abaixo ilustra a composição do CONGEP-Rio Capim e a estrutura organizacional de gestão do Pólo, conforme figura abaixo.

Figura nº. 05 – Estrutura de gestão e controle do PROAMBIENTE no Pólo Rio Capim.



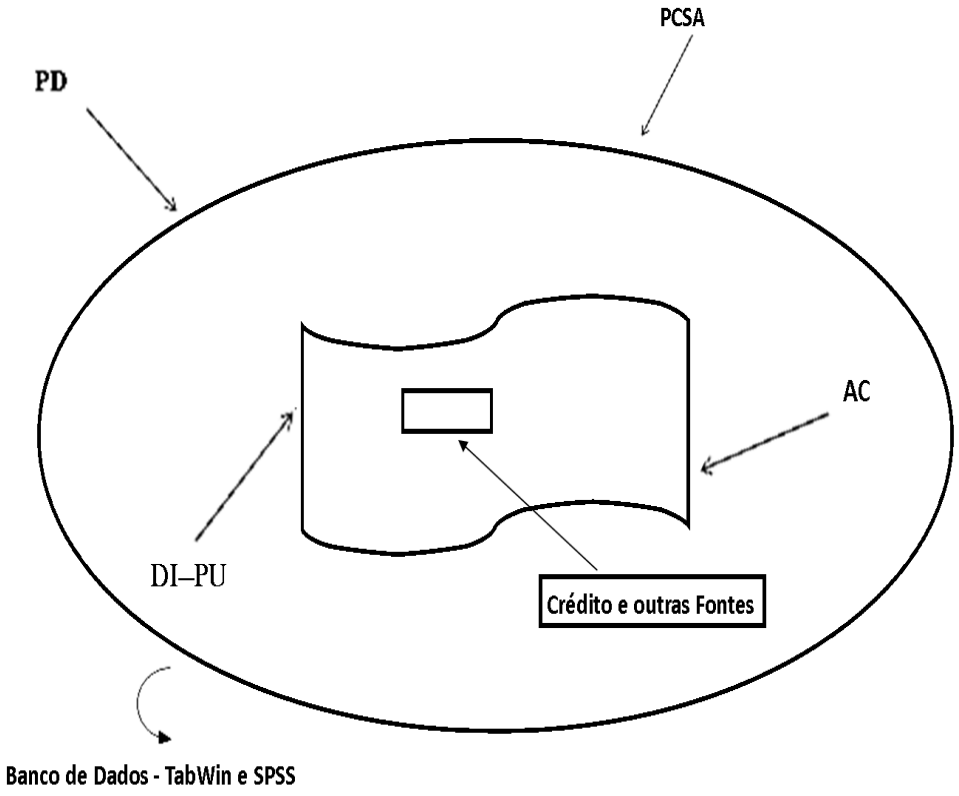
Legenda: Relação mais intensa; Relação menos intensa

3.1.4 Construção do Plano de desenvolvimento do Polo (PD) e do Padrão de Certificação Socio-Ambiental (PCSA)

Já o *plano de desenvolvimento do polo* tem por objetivo estabelecer estratégias de desenvolvimento sustentável da produção familiar na área de abrangência do Pólo, de maneira integrada ao *padrão de certificação sócio ambiental*, *diagnostico individual/plano de uso* e *acordos comunitários* dos grupos familiares, incorporando a visão de futuro de todos os atores do desenvolvimento local, a partir da compreensão do potencial e limitações do contexto interno da produção familiar, bem como das oportunidades e ameaças do contexto externo.

A figura abaixo mostra a configuração das metodologias do PROAMBIENTE.

Figura nº. 06 - Configuração das metodologias do PROAMBIENTE



Fonte: Adaptado da gerencia,

Fonte: PROAMBIENTE, 2003; VASCONCELOS; 2008.

A construção dessa metodologia tinha como um dos propósitos principais formatar um banco de dados por meio dos softwares estatísticos – *TabWin* e *SPSS* para subsidiar informações para futuras pesquisas e ações estratégicas para o fortalecimento das *unidades familiares* cadastradas, apoiadas tanto pela gerência do programa quanto por futuras parcerias firmadas ao longo da construção do Pólo, além de subsidiar a elaboração dos *planos de uso* das *unidades familiares* em consonância com as ações estratégias postas no *plano de desenvolvimento do polo*.

O *plano de desenvolvimento do polo* foi dividido em duas partes: um diagnóstico propriamente dito, feito com as técnicas do Diagnóstico Rápido e/ou Rural Participativo (DRP), tendo como objetivo retratar a realidade socioeconômica e ambiental da região do Pólo por meio das informações atualizadas sobre os diferentes grupos familiares, sistema de produção, infraestrutura, meio ambiente, comercialização e, também, do ponto de vista das organizações locais e instituições externas que atuam na região.

A segunda parte refere-se à elaboração das ações voltadas para o Pólo por meio de uma *Matriz* que foi realizada com as técnicas do Planejamento Estratégico (PE) que determina basicamente as ações por objetivos e tem como intuito contemplar as principais estratégias das famílias para superar

os obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, além das diretrizes orientadoras e as ações mais urgentes do *plano de desenvolvimento do polo*.

Durante a construção, foram debatidos dados merecedores de atenção para análise do *plano de desenvolvimento do polo* que confirma as informações da Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM (1996) (hoje Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA) de que a área do Pólo apresenta um quadro grave de degradação ambiental, apontando para o desmatamento acelerado e manejo inadequado do solo, decorrentes de práticas de preparo de área por meio de derruba e queima e processo acelerado de pecuarização (PD/FANEP, 2003)

Para a construção do *plano de desenvolvimento do polo* e do *padrão de certificação sócio ambiental*, foi utilizado o método de "*mapa de leitura de paisagem*[4]*"* nas áreas dos municípios indicadas pela FETAGRI e os STRs como prioritárias para implantação do referido Pólo. Na leitura de paisagem realizada na época da construção do *plano de desenvolvimento do polo* e do *padrão de certificação sócio ambiental*, foi possível observar que todas as zonas do Pólo Capim são bem servidas de recursos hídricos, porém com matas ciliares pouco conservadas. Naquele momento, foi detectada grande incidência de queimadas com fins agrícolas, que fogem do controle dos agricultores, causando sérios danos à vegetação natural e às áreas de agricultores vizinhos destinadas à produção, confirmando os dados da SECTAM de 1996 (Apud PD/FANEP, 2003).

Por tanto, no Pólo, a questão ambiental era bastante preocupante, pois, pela pressão demográfica intensa, ocorreram sérias investidas nas áreas de mata e florestas secundarias (capoeira), extração de madeira e pecuarização, provocando erosão nos recursos naturais com reflexos no meio ambiente, além do sistema tradicional no preparo de área com derruba e queima tudo isso, reflexo da política adotada pelo estado nos últimos anos, com visão produtivista.

No Pólo foram desenvolvidas as mais diversas atividades produtivas do extrativismo animal, vegetal e mineral, culturas alimentares (roça), a pecuária, culturas permanentes, monocultivos, e na época muito agricultores estavam adotando os Sistemas Agroflorestal (SAFs) nas suas *unidades familiares*. Percebia-se que na paisagem atual do Polo, que a maior parte da cobertura vegetal era composta principalmente por capoeira (em diferentes estágios de crescimento), em decorrência da devastação das matas nativas pelos antecessores dos atuais ocupantes, bem como pelo modelo itinerante (corte/queima) dos atuais ocupantes, na implantação de seus roçados e pastagens. Porém, observou-se naquele momento que existiam pequenas áreas de mata preservada e capoeira "grossa" em recuperação, notadamente nas *unidades familiares* cadastradas no Pólo (PD/FANEP, 2003).

[4] A técnica consiste em percorrer as zonas previamente definidas com o intuito de se conhecer as particularidades da região, os seus recursos naturais, dentre outros. Também subsidia o debate dos grupos de acordo com as características, tendências, diferenças, semelhanças etc. Permitir identificar estruturas dentro do mesmo espaço geográfico, como, por exemplo, escolas, estradas, posto de saúde, etc., além de proporcionar um visão sistêmica para o grupo em discussão durante as oficinas de *plano de desenvolvimento* e do *padrão de certificação socioambiental.*

Na época da construção do *padrão de certificação sócio ambiental*, a equipe técnica optou por uma pauta que englobou ampla discussão sobre os objetivos e concepção do PROAMBIENTE, com ênfase principal centrada na prestação dos serviços ambientais, em práticas de produção de base agroecológica e na visão externa do que seria o novo papel do agricultor familiar a partir da implantação do programa, antes de iniciarem-se esses processos de construção.

A partir desse esclarecimento inicial sobre a concepção do Programa PROAMBIENTE, abriu-se espaço para introdução da discussão voltada diretamente ao *padrão de certificação sócio ambiental* para posterior fechamento com provas de campo com teste de aplicabilidade dos padrões, montagem de indicadores dos critérios de certificação.

Vale ressaltar que o *padrão de certificação sócio ambiental* são conjuntos de princípios, indicadores e critérios que, se cumpridos, conferem aos beneficiários o direito de receber o Pagamento pelos Serviços Ambientais (PSA), cujos princípios expressam conceitos gerais a serem seguidos pelas famílias. Esses critérios transformam os conceitos e os princípios que se constituem em orientações para o trabalho das famílias e os indicadores transformam os critérios em perguntas práticas que podem ser aplicadas durante a auditoria de campo.

A novidade em relação a outros processos, em curso na época em diversas localidades foi o componente da prestação de serviços ambientais à sociedade. Ou seja, os grupos de agricultores familiares pertencentes ao Pólo se propuseram a desempenhar funções ambientais, além das tradicionais de produção de alimentos e fibras, como fonte adicional de recursos externos para apoiar o seu próprio processo de desenvolvimento (PROAMBIENTE, 2003). Os princípios do PROAMBIENTE, juntamente com os critérios e indicadores, formam o padrão de certificação socioambiental. Esses padrões orientavam o trabalho dos auditores de campo na fase da futura certificação.

Vale ressaltar que, na oficina de construção do *padrão de certificação sócio ambiental*, foi usada a cartilha de certificação de serviços ambientais do PROAMBIENTE, para subsidiar o entendimento sobre os padrões, princípios[5], critérios e indicadores.

Todo o material das oficinas foi preparado em papel (40 kg) com linguagem figurada e texto accessível. O processo teve continuidade com a aplicação do questionário, para os testes de campo[6] em algumas *unidades familiares* escolhidas aleatoriamente. Observou-se que parte dos envolvidos nesse processo partilha da mesma preocupação com a manutenção dos recursos naturais e a redução do uso do fogo.

[5] Esses princípios são conceitos gerais que devem ser seguidos pelas famílias para que sejam prestados os serviços ambientais.

[6] Trata-se de aplicação de questionário junto às famílias cadastradas do PROAMBIENTE contendo os princípios, critérios e indicadores do *padrão de certificação sócio ambiental* discutidos na oficina. Essas informações permitiram avaliar o que realmente é factível para a realidade dos agricultores familiares do Pólo Rio Capim, de forma a cumprirem o *padrão de certificação sócio ambiental*.

A maioria não tinha conhecimento acerca das leis ambientais, sobretudo da *área de reserva legal* e *área de preservação permanente*. No entanto, os agricultores (as) e técnicos envolvidos avaliaram que há possibilidade de se cumprir os critérios para a certificação, desde que haja um amplo e constante processo de capacitação, esclarecimento, apoio técnico e fomento das atividades de prestação dos serviços ambientais**.**

Vale ressaltar que está previsto um Sistema de Certificação Sócio-Ambiental (SCSA). O processo de certificação foi divido em duas etapas (ARAUJO, 2007). Na primeira, as famílias certificam umas às outras (certificação participativa), no âmbito dos *acordos comunitários* firmados. Na segunda etapa, uma instituição certificadora (independente) foi contratada para realizar auditorias de campo para confirmar as informações prestadas pelas famílias. Para que as *unidades familiares* sejam certificadas, foram necessárias duas pré-condições: que a família tenha elaborado o *plano de uso* e que o seu grupo comunitário tenha constituído um *acordo comunitário*.

3.1.5 Construção do *Plano de Uso* (PU) e do *Acordo Comunitário* (AC)

No que se refere ao *plano de uso* foi elaborado pelas famílias com o apoio da equipe técnica da FANEP. O *plano de uso* é o planejamento integrado da familiar. Ele também é a base para projetos técnicos de crédito rural, para o termo de ajustamento de conduta (TAC) e para o Licenciamento Ambiental (LA) da *unidade familiar* (MATTOS, 2010). De acordo com a metodologia utilizada na elaboração dos *planos de uso*, cada família foi estimulada a desenhar o uso atual do solo e o desejo das famílias em relação ao uso futuro da sua *unidade familiar*, em folha de papel, o que já serviam de base para os agricultores visualizarem o planejamento da *unidade familiar* e sua possível mudança de uso da terra.

Para Vasconcelos (2008), o *plano de uso* constitui-se em um planejamento geral da *unidade familiar*, com base na capacidade de operacionalização dos membros familiares, previsto para um período de 15 anos, contendo ações de curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que o *diagnóstico individual* foi base para a construção do *plano de uso*. Essas duas metodologias, mesmo estando correlacionadas, foram construídas em momentos diferentes, mas com o mesmo método do *plano de desenvolvimento do Polo* que se utilizou do DRP, sendo o *diagnóstico individual* e o *plano de uso* adaptados para cada situação (Ibid, 2008).

Já os *acordos comunitários* tiveram por objetivo promover a certificação dos serviços ambientais junto às famílias participantes do programa e, especificamente, garantir que seja respeitado o *padrão de certificação sócio ambiental*. Além de garantir que as famílias estejam cumprindo os *planos de uso*, dá poder aos grupos comunitários e contribui no ajuste dos *planos de uso*.

Considerando que um dos objetivos dos *acordos comunitários* foi o de garantir que as famílias estejam cumprindo os *planos*, é importante que uma família conheça os *planos de uso* das outras

famílias. Por isso, foi feito um resgate dos *planos* elaborados. Dessa forma, cada família apresentava seu *plano de uso* a partir dos mapas atual e futuro já elaborados. Essa socialização foi facilitada pela equipe técnica, apresentando os principais pontos comuns de conversão nos *planos de uso* de cada grupo comunitário.

No *acordo comunitário*, cada grupo local foi apoiado pela equipe técnica e foi pactuado e firmado o seu acordo, no qual as famílias se comprometeram a executar seus próprios *planos de uso* e a cumprirem as normas estabelecidas no *padrão de certificação sócio ambiental*.

Quanto à metodologia de verificação previa um sistema misto de certificação, ou seja, se prepunha uma primeira etapa de certificação participativa que culminaram com a elaboração de *acordos* dos grupos e uma segunda etapa de certificação convencional que foi finalizada com as auditorias de certificação.

Após um ano de execução, o subgrupo deveriam rever seu *acordo* e apontar seus cumpridores e não cumpridores. Em seguida, pela proposta original do PROAMBIENTE, entidades cadastradas pelo programa e acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) iriam realizar auditorias de certificação para verificar os *acordos*. Como não foi possível se realizar auditorias em 100% do Pólo, a cada ano, por volta de 10% dos subgrupos devem ser auditados, fechando 100% da auditoria ao longo de 10 anos. Por outro lado, os subgrupos que não são auditados valem o que diz o *acordo*.

Cada subgrupo do Pólo se reúne e estabelece seu *acordo*, que apontava os compromissos coletivos para o cumprimento dos *planos de uso* e o *padrão de certificação sócio-ambiental*. Os *acordos comunitários* foram estabelecidos a partir dos compromissos definidos no *padrão de certificação sócio-ambiental* em si (redução do uso do fogo, redução do uso de veneno, redução do desmatamento, etc.). Por exemplo, o grupo poderia definir estratégias coletivas para evitar a ocorrência de fogo acidental (por meio de mutirões, aceiros, etc.)

No quadro 1, podemos identificar os pontos, as demandas e as práticas de transição agroecológica ocorridas no processo de construção das metodologias da assessoria técnica, que foram discutidas nos *planos de uso*, pactuadas nos *acordos comunitários*.

Quadro 1. Matriz das principais demandas biofísicas das unidades familiares que estão nos planos de uso e acordos comunitários plotadas (em forma de variáveis) nos softwares estatístico TabWin e SPSS.

Pontos de Convenção	Tipo de Uso Atual	Unidade	Método de Conversão	Tipo de Uso Futuro	Unidade
Preparo de área com uso do fogo e aumento da área de roça-capoeira	Corte/queima+culturas alimentares+pousio	1 ha	Trituração/Tritucap[7], preparo s/ uso do fogo de forma manual e uso de aceiro	Culturas alimentares e evitar fogo acidental em *área de reserva legal* e *área de preservação permanente*	4 há/ano

[7]Refere-se a uma máquina denominada de TRITUCAP, que prepara a área sem o uso do fogo por meio da trituração da biomassa da capoeira. Esse sistema permite realizar dois ciclos de culturas alimentares em uma mesma área, além de permitir simultaneamente o plantio de fruteiras e essências florestais ao longo do cultivo das espécies alimentares.

Roça sem perspectiva para SAFs	Culturas alimentares	2 ha	SAFs	Plantios de culturas alimentares, fruteiras, essências florestais destinadas p/ *área de reserva legal*	1 há/ano
Recuperação da vegetação dos igarapés, rios, lagos, córregos e etc.	Vegetação desmatada	0,5 ha	Recuperação da vegetação ciliar com plantios de espécies nativas em geral (ao acaso)	Fruteiras e essências florestais, pesca familiar, banho diário e consumos em geral para animais e família e *área de preservação permanente* restaurada.	0,125/ano
Quintal com baixa produção e manejo inadequado	Criação a solta de pequenos animais	0,25 ha	Galinheiro agroecológico[8]e formação de quintas florestais	Criação semiconfinada, Quintais florestais em uso (sementes e etc.) destinado p/ *área de reserva legal*	0,25 há/ano
	Frutos da *unidade familiar* não aproveitados	-	Secador de frutas[9], farmácia viva e horta caseira.	Frutas dessecadas e armazenadas, plantas medicinais e hortas.	Uma unidade de cada
Inexistência e/ou "manejo inadequado" de açaizais	Extrativismo de açaí sem manejo	1 ha.	Manejos de açaizais e introdução de SAFs	Açaizal manejado para consumo/ vendas e SAFs destinado p/ *área de reserva legal*	1 há/ano
Desmatamentos das capoeiras	Pousio precoce e corte/queima	1 ha.	Desmatamento evitado, aumentado pousio e uso de aceiro.	Destinar p/ *área de reserva legal*.	1 há/ano
Déficit da Reserva Legal (RL)	Cult. Alimentares e solteiras.	+ 80% desmatada	Manejo da capoeira, SAFs, abelhas e enriquecimento da capoeira.	SAFs, criação de abelhas, plantio de fruteiras e recuperação natural e acelerada da *área de reserva legal*	Recuperação de 80%
Processo de pecuarização, aumento da área de pastagem e manejo inadequado dos animais e do pasto	Pastagem degradada, gado sem manejo e ampliação das pastagens.	2 ha.	Sistema agrossilvopastoril[10], banco de proteína e pastejo rotativo.	Gado agroecológico e manejo da *área de reserva legal* e *área de preservação permanente*	2 há/ano
Capoeira em via de desmatamento pousio precoce e baixa fertilidade	Pousio e retirada de lenha	1 ha.	Manejo e enriquecimento da capoeira	Enriquecimento com fruteiras e essências florestais e manejo da *área de reserva legal*.	2 há/ano
	Capoeira desmatada e plantio de culturas alimentares	1 ha.	Introdução de apicultura (com ou s/ ferrão)	Capoeira enriquecida com apicultura destinada p/ *área de reserva legal*	10 cx/2 há/ano
Inexistência de equipamentos agroecológicos na *unidade familiar*	Nenhum	0,5 ha.	Viveiro de mudas	Produção de mudas	1.000
			Esterqueira	Adubação orgânica	1 unidade
			Campo de leguminosas	Semente e adubação verde	0,5 ha
FNO - abandonado e improdutivo e monocultivos existentes	Fruticultura (laranja e coco)	1 ha.	SAFs	Plantio de leguminosas e introdução de SAFs destinado p/ *área de reserva legal*	1,0 há/ano

[8] E o manejo das aves em um sistema semi-confinado com princípios agroecológicos

[9]A construção do equipamento agroecológico para a desidratação de frutas tem o intuito de fortalecer a segurança alimentar dentro das *unidades familiares*, uma vez que em geral as frutas dos quintais agroflorestais/florestais são muito perecíveis e desperdiçadas por falta de armazenamento.

[10]São caracterizados pela criação e manejo dos animais em consócio com culturas alimentares, essências florestais e frutíferas. (Ex: criação de suínos com agroflorestas, criação de bovino com a capoeira).

4 CONCLUSÃO

Durante décadas, as inúmeras políticas e programas voltados para o setor familiar acumularam insucessos e deixaram seqüelas graves, que hoje se mostram na própria estruturação e organização produtiva do setor, como a maciça concentração fundiária, elevada valorização da terra como ativo, marginalização e agravamento da situação social, distribuição alimentar desigual, formação de uma categoria patronal economicamente forte em detrimento do setor produtivo familiar, além de problemas ambientais irreversíveis.

Fruto dessa política excludente e seletiva implantada no País, o crédito rural, principal instrumento dessa política, foi destinado prioritariamente para as regiões mais desenvolvidas e para os produtores rurais mais capitalizados, que foram os principais beneficiários do instrumento, ocasionando a descapitalização da grande maioria dos agricultores familiares. O crédito, apesar de se constituir no mais importante instrumento financeiro voltado à produção familiar da Região Amazônica, os encargos e condições do FNO[11]-Especial e outras linhas de financiamento consideram somente os custos de produção e de mão-de-obra para as culturas e criações financiadas não reconhecendo a existência de um custo adicional para adoção de práticas de base agroecológica nos sistemas produtivos e, consequentemente, não valorando os serviços ambientais prestados por esses agricultores familiares. Outro ponto a ser observado é que, historicamente, as políticas públicas para o meio rural, em especial para os agricultores da região Amazônica, sempre deixaram a desejar, visto que o nível de escolaridade é insuficiente; o acesso ao crédito é difícil e não há mecanismo concreto de garantia de preço mínimo nos mercados. Essa situação ainda persiste e se torna um grande desafio para a intervenção planejada do programa e políticas públicas. Por fim, as políticas, programas e linhas de crédito são em geral seletivos e concentradores de renda e, muitas vezes, apoiado pelo serviço oficial de ATER acaba sendo impositor de tecnologias não adaptadas à realidade socioeconômica dos agricultores familiares e ao meio ambiente, além de negar sua participação nesse processo de intervenção.

Na busca de uma nova perspectiva, o PROAMBIENTE constituiu-se em uma política pública dotado de metodologias participativas, mudanças socioeconômicas e manejo dos recursos naturais, além de propor a qualificação das linhas de crédito disponíveis. Assim, o programa atuou-se desde o início da sua implementação por meio de uma assessoria técnica inovadora que procurou apoiar os agricultores do Pólo no processo de prestação de serviços ambientais, com o objetivo de reverter às

[11] Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição de 1988, que estabeleceu a obrigação da União destinar 3% da arrecadação do IR (Imposto de Renda) e IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte (0,6%), Centro-Oeste (0,6%) e Nordeste (1,8%). Para a Região Norte, regulamentado pela Lei n0 7.827/89 e Lei Complementar n0 9.126/95, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com programas de financiamento de setores produtivos privados rurais e industriais. Os recursos do FNO são administrados pelo Banco da Amazônia (BASA), instituição financeira pública vinculada ao Ministério da Fazenda

condições socioeconômicas e os impactos negativos ao meio ambiente provocados pelas intervenções das políticas públicas passadas, principalmente o acesso ao crédito.

A intervenção da assessoria técnica do PROAMBIENTE no Pólo traz um grande desafio para esta pesquisa. Pois a condição socioeconômica das famílias e as modificações no tipo de uso da terra e manejo dos recursos naturais nas *unidades familiares* que se deu por conta desta intervenção, principalmente desencadeadas pelas ferramentas dos *planos de uso* e dos *acordos comunitários* será uma grande oportunidade de verificar os seus efeitos.

Para Mattos (2010), o *plano de uso* foi o principal instrumento do programa para o planejamento econômico e ecológico integrado da *unidade familiar* (e que também cumprem importante função de embasamento no desenho de projetos técnicos de crédito aplicados). Os *planos de uso* constituíram-se em um documento técnico perante aos agricultores familiares e assessoria técnica, os quais foram fundamentados para alcance dos objetivos que deverão estar em consonância com normas do *padrão de certificação socioambiental*. Já os *acordos comunitários*, que formalizavam os laços comunitários de confiança, estabelecem metodologias de verificação participativa de serviços ambientais e meios coletivos de resolução de conflitos no uso de recursos naturais. Por tanto, os *acordos comunitários* representaram a decisão dos grupos dos tipos familiares sobre a prestação de serviços ambientais e agregam o critério de diálogo comunitário sobre o processo de execução dos *planos de uso*, cujo resultado, embora dependendo da ação individual, será visualizado no coletivo, além de sistematizar o conhecimento acumulado da realidade do Pólo, incorporando ações conforme as análises das potencialidades dos recursos naturais.

Os *planos de uso* e os *acordos comunitários* foram reconhecidos pelas famílias selecionadas pelo PROAMBIENTE como o principal resultado do programa, de modo a direcionar o planejamento das *unidades familiares* num espectro temporal de quinze anos (2005-2020), mas paradoxalmente não foram reconhecidos pelas instâncias governamentais como resultado produtivo e de gestão ambiental, ainda que os mesmos encontrem-se em fase de implementação pelas famílias do bioma Amazônico (até 2020), e também sejam plenamente reconhecidos como principal instrumento de reorganização da vida dos agricultores e das condições produtivas das suas *unidades familiares*

Por fim, justifica-se estudar as implicações das variáveis geradas por meio dos *planos de uso* e dos *acordos comunitários* para verificar quais as que mais influenciam no uso da terra e, ao mesmo tempo identificar as variáveis potencias de mudanças no tipo de uso da terra futuro, de modo a gerar informações capazes de qualificar a aplicação de políticas integradoras (por exemplo, assessoria técnica e credito) na modificação da realidade socioeconômica e ambiental da agricultura familiar do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. F. A participação dos agricultores na construção do Proambiente: uma reflexão a partir do pólo Transamazônica. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Estudos Integrados de Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, PA

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Certificação de Serviços Ambientais do PROAMBIENTE. Brasília, DF, 2005.

BROSE, M. (Org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. Movimentos ambientalistas e desenvolvimento sustentável – DS. In: O MITO do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 29-56.

PROAMBIENTE. Proposta Definitiva. Brasília: Programa PROAMBIENTE, 2003. 32 p.

MATTOS, L.; FALEIRO, A.; PEREIRA, C. Proambiente: uma proposta dos produtores familiares rurais para criação de um programa de crédito ambiental na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 4., 2001, Belém, PA. Belém. Anais... Belém, PA: SBEE, 2001.

TURA, L.; MATTOS, L. Financiamento da transição para a Agroecologia: a proposta do PROAMBIENTE. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa: FASE;Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2003.

VASCONCELOS, M. A. M. Assessoria técnica e estratégias de agricultores familiares na perspectiva da transição agroecológicas: Uma análise a partir do Pólo Rio Capim do Programa PROAMBIENTE no Nordeste Paraense. 2008. 220p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas